

A força que falta

Quanto mais aprofunda sua cruzada dentro do governo e no Congresso Nacional, à procura de apoio para seu programa de cortes nas despesas públicas como premissa básica para o combate à inflação, mais o ministro Fernando Henrique Cardoso vai descobrindo o que a maioria de seus antecessores descobriu tarde demais. Enquanto essa discussão continuar fechada apenas entre os congressistas — estes animais eleitoreiros, movidos a ganância, que são os grandes interessados em que nada mude nesta situação — e governantes feitos seus réus por uma Constituição mal-intencionada, nada mudará e o País não conseguirá escapar ao círculo perverso no qual tem estado preso. Com o acesso vedado aos focos da inflação, localizados no Legislativo e em instâncias de governo e autarquias postas fora do seu alcance, e sem força legal para tomar qualquer medida prática que faça efeito, os governos brasileiros não podem mais do que apelar para o patriotismo dos políticos (amortecido pela abundância, pelo excesso de poder e pela impunidade) ou do que tentar comprar a sua colaboração com cargos e ministérios, o que só agrava o problema e põe a sua solução mais distante.

O senador tucano, sociólogo de prestígio internacional, agudo analista do cenário político e econômico nacional, está sentindo agora, na prática, o que certamente já intuía há muito tempo teoricamente: a existência de dois Brasis totalmente distintos, que perseguem objetivos antagônicos e mutuamente excludentes.

De um lado, está o Brasil que trabalha e produz dentro do sistema de mercado, eternamente premido pela concorrência, empenhado na implacável corrida universal para fazer mais e melhor com menos gente e menos custos, avançando penosamente, centímetro por centímetro. Do outro, está o País oficial, dos governos, dos políticos, das estatais e do funcionalismo, do compadrio e da estabilidade no emprego que, por trás dos eternos discursos sobre austeridade e eficiência, tem estado empenhado no folgado *metier* de fazer — à custa do alheio — sempre menos e pior, com mais gente e mais custos. E, o que é pior, avançando légua após légua...

Este país oficial surrupia, anualmente, sob a forma de impostos, taxas e contribuições diversas, cerca de 25% de tudo o que a sociedade produz (o PIB), devolvendo-lhe serviços cada vez piores. E, sempre que alguma contenção lhe é cobrada, repete os argumentos de sempre para “provar” que não tem gorduras para cortar.

As notícias estão aí, para quem quiser lê-las. Neste ano de crise aguda que estamos vivendo, com o desemprego grassando no setor privado, e com a falência do Estado brasileiro tendo levado ao colapso os serviços vitais para a população como são os de saúde, segurança e educação, as 163 estatais federais consumirão 3,5% do PIB apenas no pagamento de salários e vantagens para seus empregados. Alheios à crise em que estrebucha todo o País aqui fora, os empregados das estatais federais — cada uma delas ostentando grossos prejuízos mensais, invariavelmente transferidos para o Tesouro Nacional que os financia com os papéis com que inunda o mercado e os quais se transformam na inflação que todos pagamos — continuam andando folgadoamente para a frente: terão, este ano, se tudo ficar só até onde já foi, 10% de aumento real (acima da inflação) em seus salários!

Veja-se, também, o caso da Caixa Econômica Federal, que há seis meses assinou um acordo com o governo para sanear suas finanças, que incluía, a troco de verbas astronômicas para pagar as contas que ela não honrou, o compromisso de fechar as suas agências deficitárias (são 2.174 as que ela tem

espalhadas pelo País). Meio ano depois desse acordo, nenhuma dessas agências foi fechada e continuam gerando os prejuízos diários que o povo paga. E sabem por quê? Porque, segundo as palavras textuais do seu presidente, Danilo de Castro, a Caixa não sabe quais de suas agências dão prejuízo e quais não dão! Em quase cem anos de existência, a Caixa Econômica Federal, que gasta centenas de milhões de dólares por ano para fazer seus filmes publicitários entrarem diariamente em todos os lares do País para mostrar a “nossa gente”, a feliz comunidade que vive da “Nossa Caixa, Nosso Banco”, “não conseguiu”, segundo as palavras de seu presidente a uma repórter da **Gazeta Mercantil**, “concluir a implantação de um sistema de contabilidade por agência”, contando “apenas com instrumentos de avaliação operacional que não são precisos”. É isso, segundo ele, que torna impossível à Caixa reduzir seus custos fechando as agências deficitárias.

A declaração, como se vê, não é apenas um escândalo. É um escárnio. Mas ele não está só. São exatamente da mesma natureza as desculpas que o novo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, está ouvindo no Congresso e nos ministérios vizinhos ao seu, dos ministros que compartilham este governo com ele, nesta sua primeira rodada de conversações para pedir apoio a um programa de austeridade dentro do governo. E, enquanto ele prega no deserto, o seu presidente ameaça, toda semana, criar ministérios inteiros, seja lá do que for, pouco importa, para não ter de despedir amigos e, ao mesmo tempo, poder comprar (sem nunca receber) mais um “apoio” político...

Ora, se a Caixa Econômica Federal, a maior instituição financeira do governo, informatizada dos pés à cabeça e com dezenas de milhares de funcionários não foi capaz, em quase um século, de montar — como faz qualquer padaria da esquina — uma contabilidade que lhe permita saber quais de suas agências são deficitárias, está claro que passará um milênio inteiro sem que isso aconteça, se continuarmos esperando que ela o faça por iniciativa própria. O mesmo vale para o Congresso e para os ministros, no que tange aos gastos por eles comandados: nem que arranquem 50% do PIB do setor privado, à força de impostos, e tripliquem o número de funcionários que têm hoje (o que nunca demora muito a acontecer) — todos gozando de estabilidade no emprego no minuto seguinte à admissão e fazendo jus a aposentadorias privilegiadas por duas gerações de seus descendentes femininos, que o povo sustenta —, jamais qualquer um deles admitirá que há espaço para o corte de um funcionário que seja ou da mais insignificante das obras engendradas para comprar mais um mandato a uma população cada vez mais desesperada. Simplesmente porque isto não lhes interessa.

Há dias o ministro Fernando Henrique Cardoso disse que a missão do governo é mostrar à sociedade que a inflação é que mata. Ele não precisa fazer isso porque todos os brasileiros aqui de fora morrem um pouquinho a cada dia por causa dela. O que ele precisa fazer é tapar na marra a boca da caixa, do jeito que for possível, e mostrar pelos jornais, pelas rádios e pelas televisões — deixando de lado os surrados bodes-expiatórios de sempre — quem cria a inflação e quem ganha com ela. E precisa fazer isso para introduzir nessa eterna conversa-mole o peso decisivo da única força suficientemente poderosa para interrompê-la e verdadeiramente interessada no fim desta ciranda, que é a sociedade e a opinião pública brasileiras. Pedir aos políticos brasileiros que não gastem é tão apropriado e eficaz quanto pedir à chuva que não molhe, à dor que não doa e à morte que não mate.